

Boletim

Nº 2.155 - Ano 51 - 27 de junho de 2025

Detalhe do busto do filósofo Immanuel Kant, instalado em área interna do prédio da Fafich

CIÊNCIAS HUMANAS GANHA COLEGIADO ESPECIAL

Foi aprovada, pelo Conselho Universitário, a criação do Colegiado Especial de Ciências Humanas da UFMG, instância superior de gestão acadêmica da formação geral oferecida no âmbito da Fafich.

Aprovada criação do Colegiado Especial em **CIÊNCIAS HUMANAS**

Órgão será a instância superior de gestão acadêmica da formação oferecida na área

RESOLUÇÃO COMPLEMENTAR Nº 03/2025, DE 29 DE MAIO DE 2025

Cria o Colegiado Especial de Ciências Humanas da UFMG.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, considerando a manifestação favorável do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) em 16 de janeiro de 2025 e o Parecer nº 11/2025 da Comissão de Legislação sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º Criar o Colegiado Especial de Ciências Humanas da UFMG, como a instância superior de gestão acadêmica da formação geral em ciências humanas ofertada pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas aos cursos de graduação.

Art. 2º Revogam-se as disposições contrárias.

Art. 3º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim Informativo da UFMG.

Professora Sandra Regina Goulart Almeida
Presidente do Conselho Universitário

RESOLUÇÃO COMPLEMENTAR Nº 04/2025, DE 17 DE JUNHO DE 2025

Altera o nome do Centro de Musicalização Integrada (CMI), Órgão Complementar da Escola de Música, bem como revoga a Resolução Complementar nº 03/2014, de 26 de agosto de 2014.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, considerando a proposta apresentada pela Congregação da Escola de Música e o Parecer nº 12/2025 da Comissão de Legislação,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar, para Centro de Musicalização Integrado (CMI), a denominação do Centro de Musicalização Integrada, criado como Órgão Complementar vinculado à Escola de Música, mediante a Resolução nº 03/2014, de 26 de agosto de 2014.

Art. 2º Revogam-se as disposições contrárias, em especial a Resolução Complementar nº 03/2014, de 26 de agosto de 2014.

Art. 3º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim Informativo da UFMG.

Professora Sandra Regina Goulart Almeida
Presidente do Conselho Universitário

RESOLUÇÃO Nº 05/2025, DE 29 DE MAIO DE 2025

Estabelece valores e critérios relativos à cobrança de taxa de inscrição para abertura e tramitação de processos de revalidação de diplomas de graduação obtidos em instituições estrangeiras e revoga a Resolução nº 02/2010, de 16 de março de 2010.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, considerando os estudos realizados pela Câmara de Graduação, a manifestação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) em 8 de outubro de 2024 e o Parecer nº 06/2025 da Comissão de Legislação sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º Fixar o valor de R\$ 2.938,26 (dois mil, novecentos e trinta e oito reais e vinte e seis centavos) a título de taxa de inscrição para abertura e tramitação dos processos de revalidação de diplomas de graduação obtidos em instituições estrangeiras.

Parágrafo único. O valor mencionado no *caput* deste artigo destina-se a cobrir os gastos referentes a todas as fases de tramitação do processo e será anualmente revisto, em consonância com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (IPEAD) da UFMG, sendo vedada a possibilidade de o custo de tramitação ser maior do que a arrecadação.

Art. 2º Os recursos financeiros advindos da cobrança das taxas serão destinados, preferencialmente, à Política de Permanência Estudantil da UFMG.

Art. 3º Será isento, total ou parcialmente, do pagamento da taxa o requerente cuja situação de vulnerabilidade socioeconômica justifique tal isenção, verificadas as condições, os critérios e os prazos estabelecidos pelo edital do processo de revalidação de diplomas de graduação obtidos em instituições estrangeiras publicado pela Pró-Reitoria de Graduação.

Art. 4º Revogam-se as disposições contrárias, em especial a Resolução nº 02/2010, de 16 de março de 2010.

Art. 5º A presente Resolução entra em vigor nesta data.

Professora Sandra Regina Goulart Almeida
Presidente do Conselho Universitário

RESOLUÇÃO Nº 06/2025, DE 29 DE MAIO DE 2025

Estabelece valores e critérios relativos à cobrança de taxa de inscrição para abertura e tramitação de processos de reconhecimento de diplomas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) obtidos em instituições estrangeiras e revoga a Resolução nº 01/2015, de 24 de março de 2015.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, considerando os estudos realizados pela Câmara de Pós-Graduação, a manifestação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) em 8 de outubro de 2024 e o Parecer nº 07/2025 da Comissão de Legislação sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º Fixar o valor de R\$ 2.016,62 (dois mil e dezesseis reais e sessenta e dois centavos) a título de taxa de inscrição para abertura e tramitação dos processos de reconhecimento de diplomas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) obtidos em instituições estrangeiras.

Parágrafo único. O valor mencionado no *caput* deste artigo destina-se a cobrir os gastos referentes a todas as fases de tramitação dos processos e será anualmente revisto, em consonância com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (IPEAD) da UFMG, sendo vedada a possibilidade de o custo de tramitação ser maior do que a arrecadação.

Art. 2º Os recursos financeiros advindos da cobrança das taxas serão destinados, preferencialmente, à Política de Permanência Estudantil da UFMG.

Art. 3º Será isento, total ou parcialmente, do pagamento da taxa o requerente cuja situação de vulnerabilidade socioeconômica justifique tal isenção, verificadas as condições, os critérios e os prazos estabelecidos pelo edital do processo de reconhecimento de diplomas de pós-graduação obtidos em instituições estrangeiras publicado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação.

Art. 4º Revogam-se as disposições contrárias, em especial a Resolução nº 01/2015, de 24 de março de 2015.

Art. 5º A presente Resolução entra em vigor nesta data.

Professora Sandra Regina Goulart Almeida
Presidente do Conselho Universitário